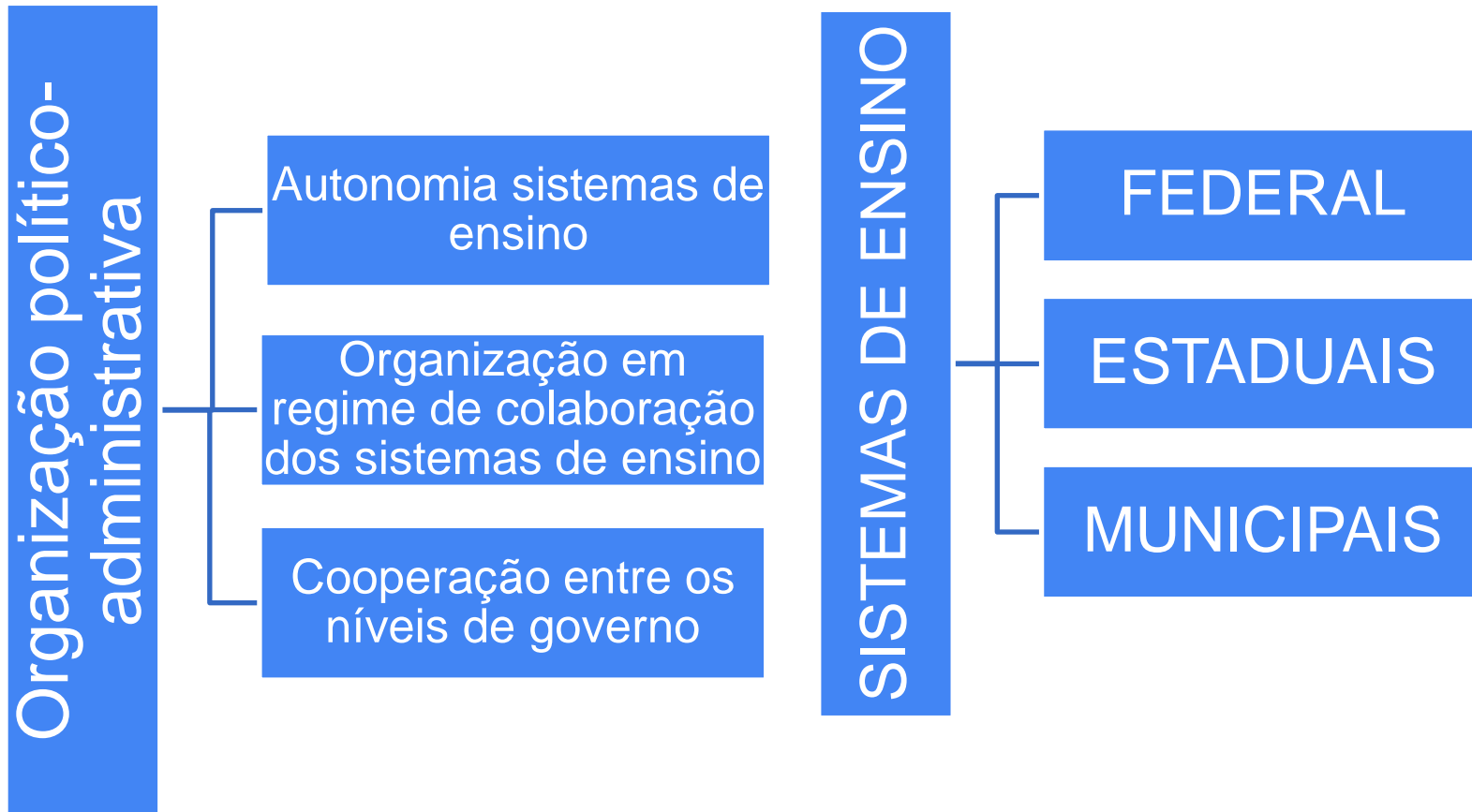


O Fundeb permanente e o financiamento da educação:

Desafios para a educação pública de qualidade

Prof. Dr. Diego Lutz

RESPONSABILIDADES NO FINANCIAMENTO



PREVISÃO CONSTITUCIONAL PARA A OFERTA DA EDUCAÇÃO

UNIÃO

- rede federal
- função redistributiva e supletiva

ESTADOS

- ensino médio
- ensino fundamental

MUNICÍPIOS

- educação infantil
- ensino fundamental

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 211

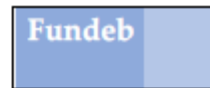
Fonte: SANCHES, 2018.

VINCULAÇÃO DA
RECEITA DE
IMPOSTOS DOS
ESTADOS E
MUNICÍPIOS À
MANUTENÇÃO E AO
DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO (MDE) E
FUNDEB

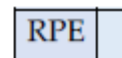
Receita resultante de impostos



Fundeb dentro da vinculação à MDE



Fundeb e remuneração dos profissionais da
educação (RPE)






Origem dos
recursos

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

LEGAIS	VOLUNTÁRIAS
<ul style="list-style-type: none">❑ Recursos que devem ser transferidos por força da CF ou lei específica.	<ul style="list-style-type: none">❑ São realizadas via celebração de convênios, termos de compromisso ou outros instrumentos similares.
<ul style="list-style-type: none">❑ Representam mecanismo para cumprir as funções suplementar e redistributiva da União na Educação.	<ul style="list-style-type: none">❑ A União estabelece os critérios e condições de realização dessas transferências.❑ <u>Finalidade:</u> realização de obras/serviços de interesse comum às esferas de governo.

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

LEGAIS

-  Programação Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
-  Programa Dinheiro Direto na Escola (Básico).
-  Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

VOLUNTÁRIAS

- ☐ **PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)**: requisito obrigatório para assistência voluntária na Educação Básica.
- ☐ Programa Caminho da Escola.
- ☐ Proinfância.
- ☐ Educação Conectada.

FUNDEB

Salário-Educação

PNAE

PNATE

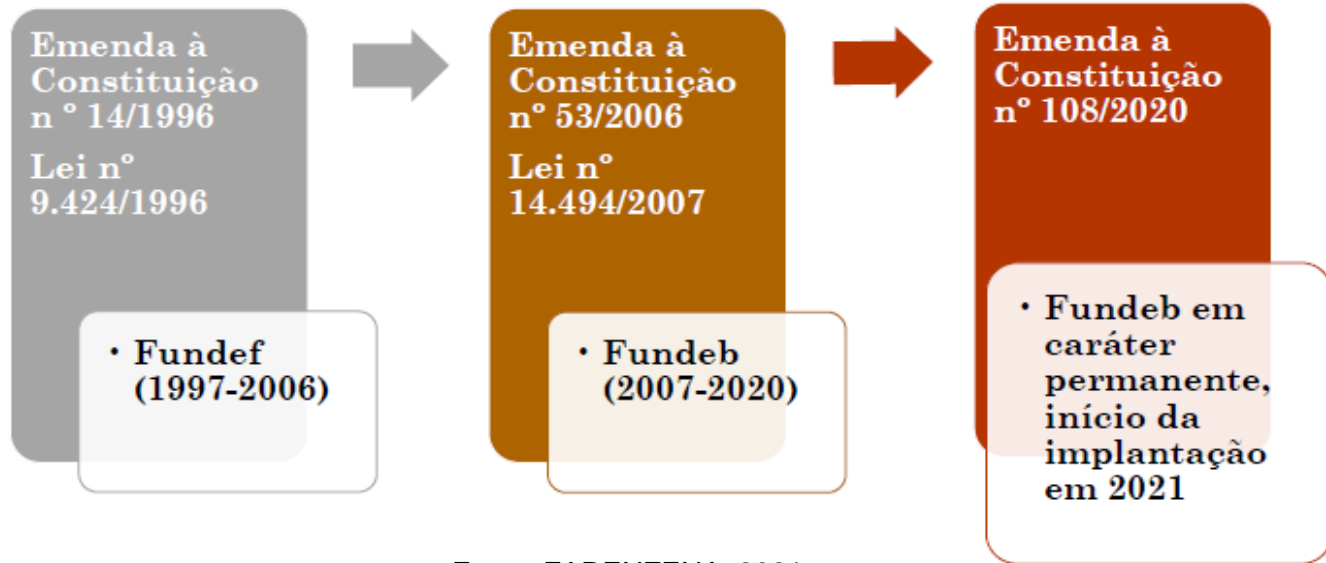
PDDE > Escolas

Voluntárias

- **Transferências voluntárias:** Termos de Compromisso do **Plano de Ações Articuladas (PAR)**

Fontes de
recursos
públicos
para a
Educação
Básica

POLÍTICA DE FUNDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA – LINHA DO TEMPO



Fonte: FARENZENA, 2021.

❑ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb.

❑ **Instituído** pela **Emenda Constitucional nº 108**, de 26 de agosto de 2020.

❑ **Regulamentado** pela **lei nº 14.113**, de 25 de dezembro de 2021.

❑ Substitui o Fundeb regulamentado pela EC nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, que findou em 31 de dezembro de 2020.

❑ Fundo de caráter ***permanente***.

FUNDEB
permanente

FUNDEB permanente

- ❑ Aumenta a participação da União no financiamento da educação básica, **de 10% para 23%** (até 2026).
- ❑ Proíbe pagamento de aposentadorias e pensões com os recursos do Fundo.
- ❑ Estabelece o percentual de uso de, **no mínimo, 70%**, para pagamento dos profissionais da educação.
- ❑ Constitucionalização do **Custo Aluno-Qualidade**: padrão mínimo de qualidade da educação comum em todas as escolas públicas brasileiras (infraestrutura, insumos...).
 - ❖ **Insumos**: tamanho da escola (nº de alunos; jornada escolar diária dos alunos; nº de educandos por turma; nº de profissionais; salários dos profissionais e encargos trabalhistas; jornada de trabalho dos profissionais; instalações; equipamento e material permanente; materiais de consumo e custos de serviços ou pagamento de taxas (água, luz, fone); custos na administração central apropriados para a escola
- ❑ Vigência iniciada em 1º de janeiro de 2021.

RECURSOS DO FUNDEB



Imagem retirada do "Manual do Novo Fundeb", do MEC (2021)

+ complementação da União, onde couber

- *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD);*
- *Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);*
- *Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);*
- *Imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios);*
- *Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) (ITRm);*
- *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE);*
- *Fundo de Participação dos Municípios (FPM);*
- *Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPlexp);*
- *Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados.*
- *Adicional na alíquota do ICMS de que trata o art. 82, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹.*

Ano	Percentual
2021	12%
2022	15%
2023	17%
2024	19%
2025	21%
2026	23%

COMPLEMENTAÇÃO
DA UNIÃO AO
FUNDEB

Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei. (Lei nº 14.113/2020).

- ❑ São destinatários dos recursos do Fundeb os estados, Distrito Federal e municípios que oferecem atendimento na educação básica.
- ❑ Na distribuição desses recursos, são consideradas as **matrículas nas escolas públicas e conveniadas**, apuradas no **último censo escolar** realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

A QUEM SE
DESTINA O
FUNDEB?

Segmento da educação básica

Matriculas nas escolas

Estaduais

Distritais

Municipais

Conveniadas (*)

Educação infantil
(creches)



Educação infantil
(pré-escola)



Ensino fundamental
regular



Ensino médio



Educação especial



Educação de jovens e
adultos (fundamental)



Educação de jovens e
adultos (médio)



QUE ALUNOS
SÃO
CONSIDERADOS
NO CENSO?

Fonte: MANUAL DO NOVO FUNDEB (Brasil, 2021).

- 1 Preenchimento do **Sistema Educacenso** em parceria com Estados e Municípios;
- 2 **Processamento dos dados** informados no sistema;
- 3 Publicação no **Diário Oficial da União**;
- 4 Prazo recursal de **30 dias para retificações**;
- 5 **Publicação definitiva** dos dados;
- 6 **Cálculo dos coeficientes de distribuição do Fundeb** para o ano seguinte.



Importante! Depois de publicado em caráter definitivo, o número de alunos e os coeficientes de distribuição de recursos do Fundeb são utilizados na operacionalização do Fundo por todo o exercício, não sendo admitidas alterações ou atualizações de dados, salvo em caso de decisão judicial.

Fonte: MANUAL DO NOVO FUNDEB (Brasil, 2021).

ONDE SÃO
INFORMADOS
OS ALUNOS?

VAAF = Valor Alunos Ano Final

VAAT = Valor Aluno Ano Total

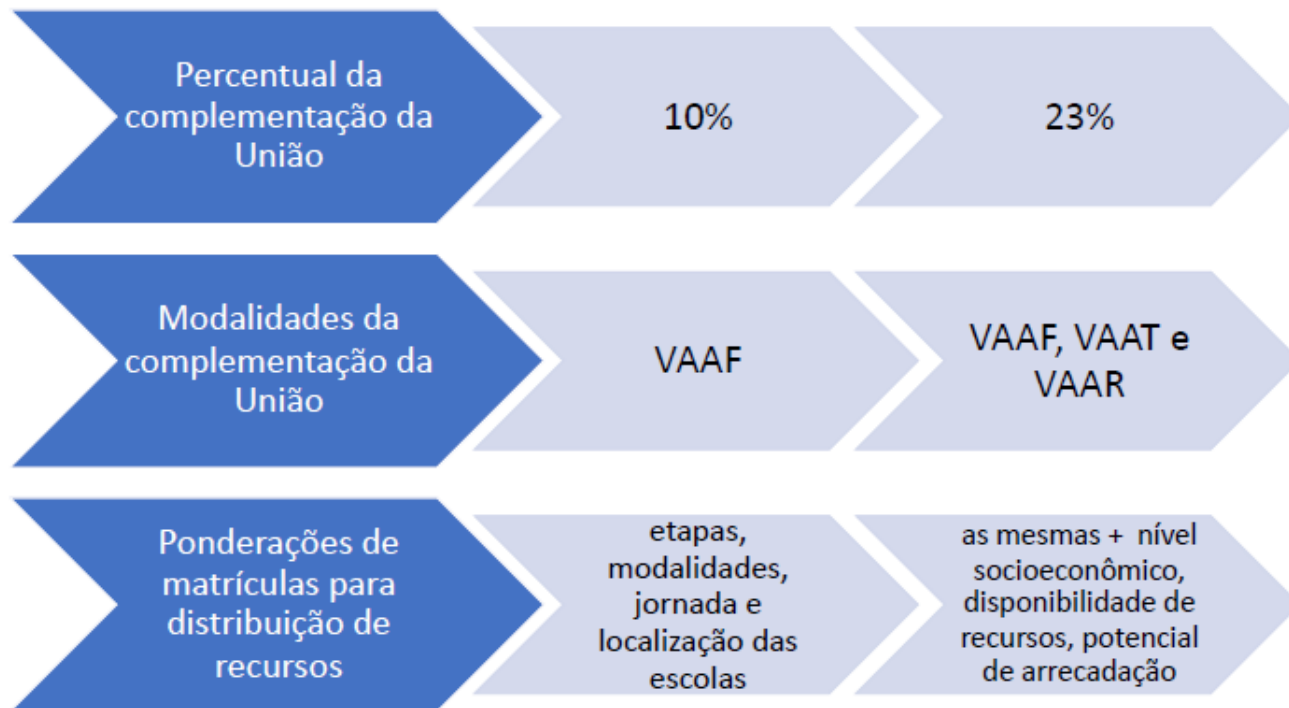
VAAR = Valor Aluno Ano Resultados/rendimentos

MAS, E O QUE
SIGNIFICAM
ESTAS SIGLAS?

VAAF	10%
VAAT	10,5%
VAAR	2,5%
TOTAL	23%

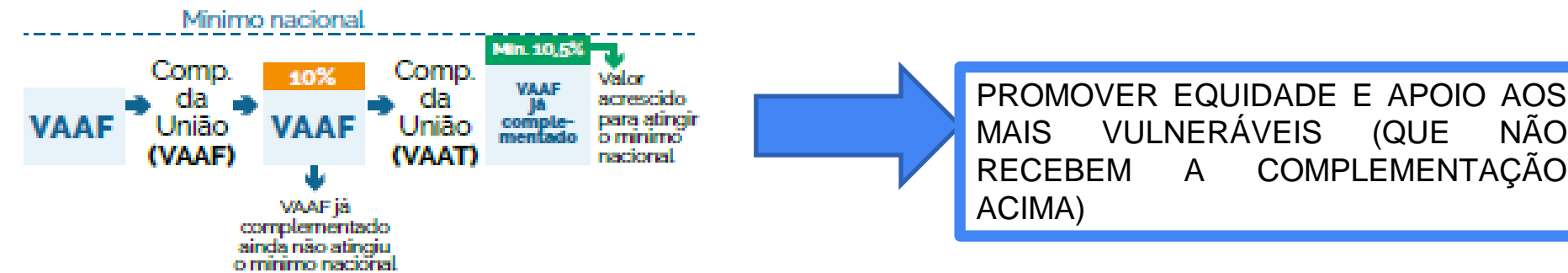
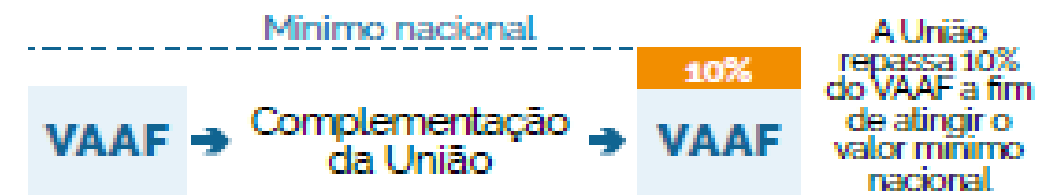
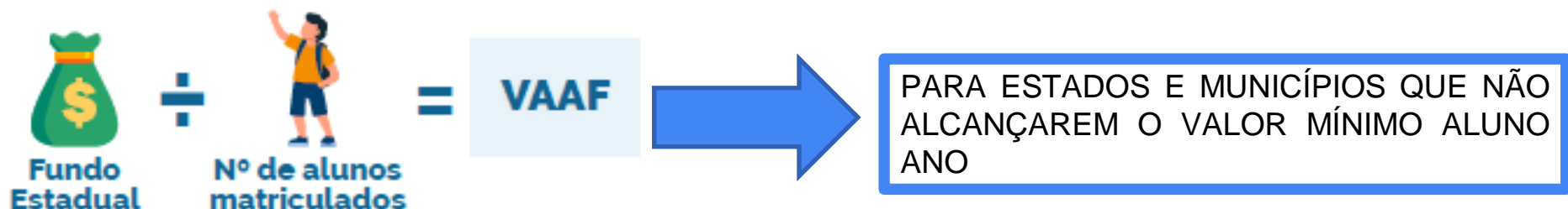
COMPLEMENTAÇÃO
DA UNIÃO AO
FUNDEB

DESTAQUES DO FUNDEB PERMANENTE



Fontes: FARENZENA, 2021.

ENTENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB



[...]

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, **cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão** previstas em lei, **alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades**, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; (BRASIL, 2020)

VAAR –
EC nº 108

- ❑ **Provimento do cargo ou função de gestor escolar** de acordo com **critérios técnicos de mérito e desempenho** ou a partir de **escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho**.
- ❑ **Participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes** de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada rede de ensino por meio dos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica.
- ❑ **Redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais** medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades.
- ❑ **Regime de colaboração** entre Estado e Município formalizado na legislação estadual e em execução.
- ❑ **Referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular**, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino.

QUAIS SÃO
ESTAS
CONDICIONALIDADES?

Fonte: BRASIL, 2020

- ❑ **O nível e o avanço, com maior peso para o avanço**, dos resultados médios dos estudantes de cada rede pública estadual e municipal nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, **ponderados pela taxa de participação** nesses exames e por medida de **equidade de aprendizagem**.
- ❑ **As taxas de aprovação no ensino fundamental e médio** em cada rede estadual e municipal.
- ❑ **As taxas de atendimento escolar das crianças e jovens na educação básica** presencial em cada ente federado, definido de modo a captar, direta ou indiretamente, a evasão no ensino fundamental e médio.

Fonte: BRASIL, 2020

- ❑ Será baseada na **escala de níveis de aprendizagem**, definida pelo Inep, com relação aos **resultados dos estudantes nos exames nacionais**;
- ❑ Considerará em seu cálculo a **proporção de estudantes cujos resultados de aprendizagem estejam em níveis abaixo do nível adequado, com maior peso** para:
 - a) **os estudantes com resultados mais distantes desse nível**;
 - b) **as desigualdades de resultados nos diferentes grupos** de nível socioeconômico e de raça e dos estudantes com deficiência em cada rede pública.

MEDIDAS DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

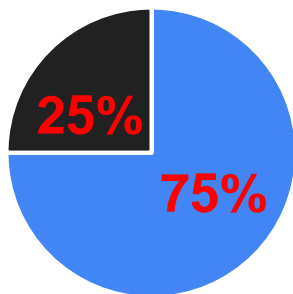
- ❑ Provimento do cargo de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho OU escolha com participação da comunidade escolar dentre os candidatos aprovados em avaliação de mérito e desempenho.
- ❑ Referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular.

**COMO SERÁ EM
2023**

- ❑ A lei do atual Fundeb prevê que parcela dos recursos do ICMS seja redistribuída, no âmbito de cada estado, com base em **indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos.**

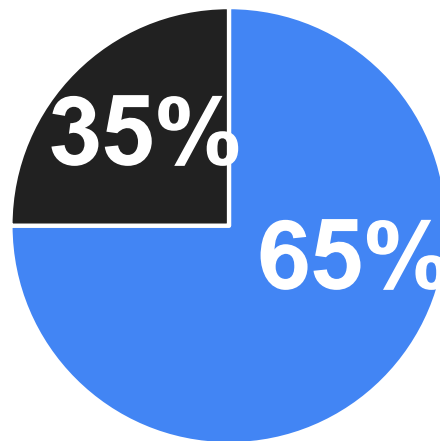
ICMS Educação

COMO ERA



■ ESTADO ■ MUNICÍPIOS ■

COMO FICOU



■ ESTADO ■ MUNICÍPIOS ■

BALIZAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- ❑ Oferta descentralizada da educação básica, com ação supletiva e redistributiva da União.
- ❑ Gratuidade do ensino público.
- ❑ Obrigatoriedade escolar e dever de atendimento da demanda nas etapas não obrigatórias.
- ❑ Grande maioria da população brasileira acessa a educação básica na escola pública ou em instituições subsidiadas pelo poder público.
- ❑ **Educação como direito social: acesso, permanência, padrão de qualidade.**

Legalidade

Publicidade

Impessoalidade

Eficiência

Moralidade

Razoabilidade

PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA

Controle Institucional

Interno

de cada Poder
e nível de governo
Ex: controle interno
da Prefeitura X

Externo

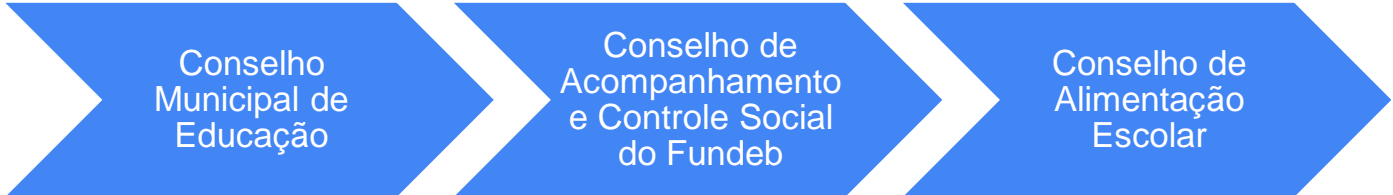

Legislativos
Tribunais de Contas
Ministério Público
Judiciário
Polícia

Social

Conselhos

ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE
DOS
RECURSOS
PÚBLICOS

Fonte: Farenzena (2016)



Conselho
Municipal de
Educação

Conselho de
Acompanhamento
e Controle Social
do Fundeb

Conselho de
Alimentação
Escolar

CONTROLE
SOCIAL



Educação
como direito
social:
acesso,
permanência
sucesso e
padrão de
qualidade!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Brasília, DF, 26 de agosto de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm>.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 de dezembro de 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Fundeb**. Disponível em: < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/CartilhaNovoFundeb2021.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Ações Articuladas 4º ciclo (2021-2024)**: etapa planejamento – manual de utilização. MEC: 2021.

FARENZENA, Nalú. **Temas da política de financiamento da educação básica: Fundeb**. Porto Alegre: UFRGS, 2021.

LUTZ, Diego. **Trajetórias do salário-educação (1997-2018) como política de financiamento da educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.



Obrigado!

diegolutz.consultor@institutogesto.org.br